



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA GUATAPORANGA/SP

CNPJ: 53.307.112-0001-56

Rua Brasil, nº 350, CEP 17.950-000

Fone: (18)3856-1231

E-mail: secretaria@cmnovaguataporanga.sp.gov.br

PARECER JURÍDICO

REFERÊNCIA: Análise jurídica do Projeto de Lei n.º 023/2025

REQUERENTE: Prefeito Municipal de Nova Guataporanga/SP

ASSUNTO: Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026.

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 023/2025, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, que “dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências”.

O projeto é encaminhado em conformidade com o disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, e no artigo 4º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), atendendo ainda ao que dispõe a Lei Orgânica do Município e a Lei Federal nº 4.320/1964, que estabelece normas gerais de direito financeiro.

A proposta contém dispositivos que definem as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, orientações para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual (LOA), diretrizes para gestão fiscal, regras sobre despesas com pessoal, transferências voluntárias, administração da dívida pública, alterações tributárias, e anexos com metas fiscais, programas de governo e riscos fiscais, em consonância com o Plano Plurianual (PPA) 2026–2029.

II – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

O presente Projeto de Lei cumpre a exigência constitucional e legal de que o Poder Executivo encaminhe anualmente ao Poder Legislativo o projeto da Lei de Diretrizes



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA GUATAPORANGA/SP

CNPJ: 53.307.112-0001-56

Rua Brasil, nº 350, CEP 17.950-000

Fone: (18)3856-1231

E-mail: secretaria@cmnovaguataporanga.sp.gov.br

Orçamentárias (LDO), instrumento essencial de planejamento orçamentário que estabelece metas e prioridades da administração e orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual.

Nos termos do artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, a LDO compreende as metas e prioridades da administração pública, incluindo despesas de capital para o exercício subsequente, orienta a elaboração da LOA e dispõe sobre as alterações na legislação tributária.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), em seus artigos 4º e seguintes, determina o conteúdo mínimo da LDO, incluindo:

- equilíbrio entre receitas e despesas;
- critérios e forma de limitação de empenho;
- normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados;
- condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

O projeto em análise observa esses requisitos, prevendo, entre outros pontos:

- anexos de metas fiscais e riscos fiscais (arts. 1º e 2º);
- regras de equilíbrio e execução orçamentária (arts. 3º a 10);
- disposições sobre pessoal e encargos sociais, conforme arts. 22 a 30 da LRF;
- normas sobre transferências, convênios e parcerias, alinhadas à Lei Federal nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil);



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA GUATAPORANGA/SP

CNPJ: 53.307.112-0001-56

Rua Brasil, nº 350, CEP 17.950-000

Fone: (18)3856-1231

E-mail: secretaria@cmnovaguataporanga.sp.gov.br

• previsão de reserva de contingência, conforme o art. 14 do projeto e o art. 5º, III, "b", da LRF.

Importa salientar que a matéria é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme o artigo 165, inciso II, da Constituição Federal, de aplicação subsidiária aos municípios, sendo, portanto, legítima a iniciativa do Prefeito.

Dessa forma, o projeto atende aos requisitos legais e constitucionais aplicáveis ao PPA e se harmoniza com as normas orçamentárias vigentes.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, entende-se que o Projeto de Lei nº 023/2025:

- atende aos requisitos legais e constitucionais previstos no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), na Lei nº 4.320/1964 e na Lei Orgânica do Município;
- apresenta redação compatível com as normas técnicas de elaboração legislativa e de direito financeiro;
- está juridicamente apto a seguir sua tramitação regular no âmbito do Poder Legislativo Municipal.

Assim, esta Assessoria Jurídica manifesta-se favoravelmente à tramitação e aprovação do Projeto de Lei nº 023/2025, por inexistirem vícios de constitucionalidade, legalidade ou técnica legislativa que impeçam sua apreciação.

Cabe ressaltar que a presente análise se restringe exclusivamente ao exame dos aspectos jurídicos da matéria, não adentrando no mérito administrativo, técnico ou financeiro do



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA GUATAPORANGA/SP

CNPJ: 53.307.112-0001-56

Rua Brasil, nº 350, CEP 17.950-000

Fone: (18)3856-1231

E-mail: secretaria@cmnovaguataporanga.sp.gov.br

projeto. A conveniência e a viabilidade prática da proposta são questões a serem apreciadas pelos setores competentes.

Desta forma, o presente projeto deve ser submetido à apreciação das seguintes comissões permanentes: Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final (art. 50, inciso I, do Regimento Interno) e Comissão de Finanças e Orçamento (art. 50, inciso II, do Regimento Interno).

É o parecer.

Nova Guataporanga/SP, 10 de novembro de 2025.

Claudia Mariano Prado

Assessora Jurídica da Câmara Municipal – OAB/SP 487.564